



ENTREVISTA
Carlos Nobre: O 'ecocídio'
que pode acabar com
a humanidade

TURISMO INDÍGENA
Comunidades oferecem
imersão ambiental e
cultural aos visitantes



RDM

GOVERNANÇA, EMPRESAS & NEGÓCIOS

Brasil S/A

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

ANO XXVIII
DEZEMBRO / 2024
EDIÇÃO 26



**ACORDO MERCOSUL-
UNIÃO EUROPEIA**

**Entenda
o que está
por vir**

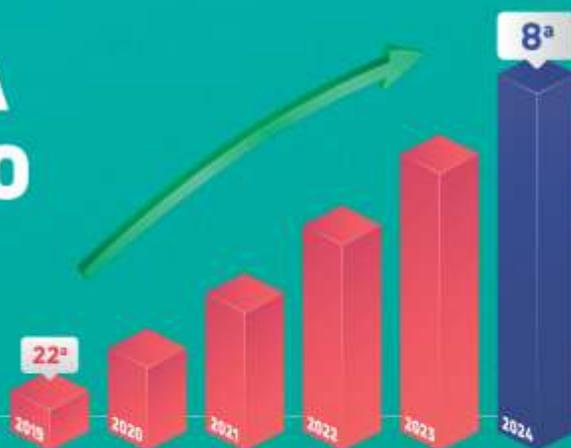


Enis da Silva

Professora da Rede Estadual

IDEB: A EDUCAÇÃO ESTADUAL SALTOU DA 22ª PARA A 8ª POSIÇÃO

Com investimentos em infraestrutura, tecnologia e valorização profissional, os resultados já estão aparecendo.



*Resultado do IDEB Ensino Médio

**EDUC
AÇÃO**
10 anos



**Governo de
Mato
Grosso**

Um acontecimento histórico

O acordo de livre comércio entre o Mercado Comum do Cone Sul, o nosso Mercosul, e a União Europeia foi um grande acontecimento histórico mundial. Assim, festejaram os presidentes dos países do colegiado sul-americano – Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina – e a grande maioria dos países europeus que formam o aglomerado daquele continente. Menos França, Itália e Polônia, que consideraram o acordo bastante nocivo para seus países e para a Europa como um todo.

Estranha posição em relação àquele continente, vez que a maioria de seus países fecharam o acordo, que envolverá uma população de mais de 718 milhões de pessoas, facilitando as relações comerciais das 35 nações envolvidas. Para os signatários, o acordo terá benefícios mútuos nas movimentações de mercadorias, no trato de questões socioambientais e nas relações culturais.

Este é o tema central desta edição da RDM Brasil que chega às suas mãos. Trazemos também uma alertadora entrevista com o climatologista Carlos Nobre, uma das mais importantes vozes mundiais quando o assunto é mudança climática e ameaças à sobrevivência humana na Terra. O turismo indígena também está na pauta deste mês.

Boa Leitura.



João Orozimbo Negrão, editor-geral

ÍNDICE | Dezembro 2024

04 | OPINIÃO | Oscar Soares Martins

06 | BASTIDORES DA REPÚBLICA | João Pedro Marques

08 | ENTREVISTA | Carlos Nobre

16 | SELO DA AMAZÔNIA

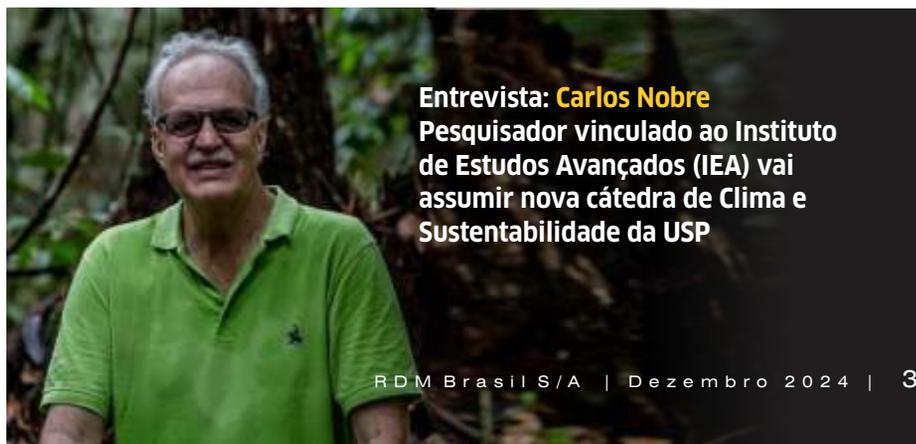
18 | ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

20 | ENTENDA O ACORDO MERCOSUL-UE

24 | TURISMO INDÍGENA

28 | BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

30 | OPINIÃO | Luiz Augusto Pereira de Almeida



Entrevista: **Carlos Nobre**
Pesquisador vinculado ao Instituto de Estudos Avançados (IEA) vai assumir nova cátedra de Clima e Sustentabilidade da USP

CEO
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Orozimbo Negrão

EDITORA
Vanessa Moreno

EDITOR DE ARTE
Márcio Brandão do Carmo

REVISÃO TEXTUAL
Doralice Jacomazi

REDAÇÃO
Humberto Azevedo

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Shelry Pereira, Vanessa Moreno e Márcio Brandão do Carmo.

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS
FÁBIO LA SINIBÚ, HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO PEDRO MARQUES, LUCIANO MACAFERRI RODRIGUES, LUIZ AUGUSTO PEREIRA DE ALMEIDA, OSCAR SOARES MARTINS, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA IBGE DE NOTÍCIAS, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA INDÚSTRIA.

FOTOS
ALYTON SOTERO, CECÍLIA BASTOS, HERTON ESCOBAR, RICARDO STUCKERT, JORNAL DA USP, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, INSTITUTO SAMAÚMA, SECOM-PR, USP IMAGENS

RDM MATO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310
redação@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNEN GALITZKI

A REVISTA RDM BRASIL S/A
É UMA PUBLICAÇÃO





Oscar Soares Martins é consultor especialista em Cibersegurança

O futuro do varejo e a segurança de dados

Os comércios global e brasileiro atravessam uma transformação digital intensa, impulsionada por inovações tecnológicas que alteram as relações de consumo.

Essa nova era oferece benefícios e conveniência, mas traz desafios, especialmente em relação à segurança dos dados nas plataformas digitais. A adaptação a essas mudanças é complexa, e muitos consumidores ainda desconhecem os cuidados necessários para navegar com segurança nesse ambiente, tornando urgente a conscientização sobre o uso e a proteção de dados.

Vários setores estão sendo impactados pela digitalização, entre eles, o varejo. Nos Estados Unidos, redes como Walgreens, CVS, Best Buy, Walmart, Sport Authority, Bed Bath & Beyond e Target vêm reduzindo significativamente suas presenças físicas: Walgreens fechou 1.200 lojas, CVS, 900, refletindo a queda do consumo presencial e a preferência crescente por canais digitais. A Toys “R” Us, icônica rede de brinquedos, encerrou suas operações físicas, simbolizando o declínio do comércio tradicional e a ascensão das plataformas digitais.

No Brasil, as Americanas: encerrou as atividades de 159 pontos de venda, passando de 1.880 para 1.721 lojas; Carrefour: fechou 123, incluindo 16 hipermercados, 94 lojas da marca; Marisa: fechou 91 lojas em 2023 como parte de um processo de reestruturação financeira; Casas Bahia: fechou 38 lojas até o terceiro trimestre de 2023; Rede Dia: anunciou o encerramento de 343 supermercados e três centros de distribuição no Brasil, concentrando suas operações no estado de São Paulo.

O comércio digital está altamente concentrado. No Brasil, somente o Mercado Livre já responde por aproximadamente 28,9% das transações online, enquanto a Amazon representa 23,2%, controlando, juntas, mais da metade do mercado digital. Globalmente, a Amazon lidera com previsão de faturamento de 5,14 trilhões de dólares para 2024. Essa concentração de mercado e de dados pessoa-

is, embora ofereça conveniência, cria um ambiente suscetível a ataques, com milhões de dados pessoais e bancários circulando e atraindo cibercriminosos. Em 2023, o Brasil registrou mais de 20 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos, aumentando os riscos de uso indevido ou vazamento de informações.

A proteção de dados é, portanto, uma questão essencial. Empresas que lideram essa transformação digital precisam investir consistentemente em cibersegurança para proteger a privacidade de seus clientes. Tecnologias como criptografia de dados, autenticação multifatorial e monitoramento de atividades suspeitas são medidas eficazes para mitigar os riscos associados ao ambiente digital. Por outro lado, consumidores precisam adotar práticas seguras, como o uso de senhas fortes e autenticação em duas etapas, para garantir a proteção de suas informações.

“A transparência é um fator essencial no cenário digital atual, no qual consumidores valorizam empresas que demonstram compromisso com a segurança e privacidade de seus dados”

A inteligência artificial (IA) adiciona outra camada de complexidade à segurança de dados. Embora a IA ofereça vantagens em personalização e eficiência, aumenta o volume de dados processados, elevando os riscos de uso indevido. Em 2023, 78% das empresas brasileiras que utilizam IA expressaram preocupações com a segurança de dados, especialmente no uso de algoritmos para prever o comportamento dos consumidores. Esse avanço exige uma abordagem de cibersegurança robusta para proteger informações e aumentar a confiança dos usuários.

A criação de uma cultura de cibersegurança que envolva tanto empresas quanto consumidores é igualmente importante. Empresas devem treinar colaboradores para que compreendam práticas seguras e saibam identificar ameaças, enquanto campanhas de educação digital para os consumidores incentivam boas práticas de segurança. A transformação digital vai além da tecnologia; ela é uma responsabilidade compartilhada, na qual empresas e consumidores constroem um ecossistema digital mais confiável. Na era da economia digital e da IA, a segurança da informação é um pilar essencial para o sucesso das plataformas e um direito fundamental dos consumidores.

**Você sabia que antes
de contratar nosso
sistema de alarme,
você recebe a visita
de um de nossos
especialistas de
segurança?**

 **NEWLINE**
SISTEMAS DE SEGURANÇA

Governo anuncia ações para reduzir dependência financeira de estatais

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, no início de dezembro, três decretos com o objetivo de reestruturar a governança das empresas estatais brasileiras e seus modelos de negócios. Além de aumentar a produtividade e a eficiência das companhias, o governo espera reduzir a dependência financeira de parte das estatais em relação ao orçamento federal. Os documentos foram assinados após reunião ministerial no Palácio do Planalto, em Brasília. A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, **Esther Dweck**, explicou que os decretos foram construídos para modernizar a gestão das estatais. “O foco, obviamente, são as empresas que estão com alguma questão financeira, também discutindo empresas dependentes do orçamento. A nossa preocupação maior é justamente melhorar a capacidade dessas empresas de gerar valor para a sociedade brasileira, aumentar a sua sustentabilidade financeira e poder pensar a remodelagem dos modelos de negócios”, afirmou.



Divulgação



Acordo com Mercosul coloca economias europeias em lados opostos

A avaliação sobre o acordo entre o Mercosul e a União Europeia não foi unânime entre as maiores economias da Europa. Enquanto Alemanha e Espanha celebraram, a França prometeu oposição ao acordo. Líder da maior economia da Europa, o primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, exaltou que um importante obstáculo para o acordo foi superado, o que cria um livre mercado com mais de 700 milhões de pessoas, proporcionando mais crescimento e competitividade. O presidente espanhol, Pedro Sanchez, classificou o acordo como histórico e disse que seu país trabalhará para que os termos sejam aprovados pela maioria do Conselho Europeu. Na França, a reação foi inversa. Opositor declarado do acordo pela pressão de seus agricultores, o governo francês prometeu continuar a trabalhar contra a aprovação da parceria com o Mercosul. A ministra de Comércio Exterior, Sophie Primas, lembrou que os países-membros dos dois blocos ainda não assinaram o acordo, e que é necessária a chancela do Conselho Europeu e do Parlamento Europeu. O primeiro-ministro da Polônia, Donald Tusk, também manifestou sua contrariedade: “Para nós, o mais importante é que não entre em vigor. Ainda não temos a parcela mínima de votos para bloquear o acordo. Se tivéssemos a Itália do nosso lado, provavelmente teríamos essa maioria”.

Dino nega pedido para rever parte de decisão que liberou emendas

O ministro **Flávio Dino**, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) para reconsiderar parcialmente a decisão que liberou o pagamento de emendas parlamentares. No dia 2 de dezembro, Dino decidiu que as emendas, que estavam suspensas desde agosto, estão liberadas para pagamento, mas devem seguir critérios de transparência e rastreabilidade. Em seguida, a AGU pediu a reforma dos pontos da liminar que tratam da aprovação de um plano de trabalho para liberação das emendas, a identificação nominal dos parlamentares solicitantes e o ponto que trata do crescimento do volume total de emendas para 2025. Na decisão, Flávio Dino disse que “não há o que reconsiderar”.



Divulgação



Brasil alcança recordes na geração de energia eólica



Em novembro de 2024, o Brasil alcançou um marco significativo na geração de energia eólica. No dia 3 de novembro, às 23h, foi registrado um recorde de “geração média horária”, atingindo 23.699 megawatts médios (MWmed). Já no dia 4 de novembro, um novo recorde foi alcançado, desta vez, de “geração média diária”, com 18.976 MWmed. Esses resultados destacam o avanço da energia eólica como fonte essencial para a matriz energética do país, indicador do papel crucial dessa tecnologia no fornecimento sustentável de energia.



Divulgação

Capacidade instalada total de usinas eólicas no Brasil

Atualmente, a capacidade instalada total de usinas eólicas no Brasil é próxima de 33 mil megawatts (MW), cerca de 13,5% da matriz nacional, conforme dados do Sistema de Informações de Geração, da Agência Nacional de Energia Elétrica, também disponibilizados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) por meio dos Boletins Mensais de Monitoramento do Sistema Elétrico. O desempenho foi impulsionado por condições meteorológicas favoráveis e pela expansão da infraestrutura de parques eólicos, em especial no Nordeste, responsável pela maior parte do crescimento no Brasil.

DITO & FEITO

“Houve uma mudança na qualidade do crescimento do Brasil, liderado pela indústria e pelos investimentos. Temos um grande desafio coletivo de dar prosseguimento a esses indicadores tão promissores, que revelam a confiança no investimento e na expansão de capacidade produtiva, fruto de condições macroeconômicas favoráveis e de iniciativas como a Nova Indústria Brasil, que tem sido uma das grandes responsáveis por contribuir para o desenvolvimento de uma indústria digital, verde e exportadora.”

Aloizio Mercadante, presidente do BNDES

“Estamos esperando ele vir. Vamos fazer uma grande festa se ele vier. Espero que ele venha, porque eu nunca perguntei se ele viria e ele que um dia me comunicou que viria ao PL.”

Valdemar da Costa Neto, presidente nacional do PL, sobre a expectativa de Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, se filiar ao partido

“Isso vai acabar não dando em nada.”

General Augusto Heleno, sobre o chamado Inquérito do Golpe, no qual ele foi indiciado



Ações humanas estão provocando um ecocídio planetário

Pesquisador vinculado ao Instituto de Estudos Avançados (IEA) vai assumir nova cátedra de Clima e Sustentabilidade da USP

Por **Herton Escobar**, do Jornal da USP

E cocídio. Se você ainda não conhece esta palavra, é bom ir se familiarizando com ela, pois esse é o que nos aguarda num futuro muito próximo se não começarmos a reduzir imediatamente — e drasticamente — as emissões de gases de efeito estufa para a atmosfera: um “suicídio ecológico”, que poderá extinguir milhares de espécies, aniquilar biomas e tornar grande parte do planeta inabitável até

mesmo para nós, seres humanos. Palavras de Carlos Nobre, pesquisador colaborador do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo.

Um dos climatologistas mais renomados do País, Nobre será o primeiro titular de uma nova cátedra criada pela USP, com o intuito de agregar esforços e fomentar novas iniciativas de pesquisa sobre os temas Clima e Sustentabilidade. A cerimônia de posse e lançamento da cátedra será no dia 18 de dezem-

bro, às 14 horas, na Sala do Conselho Universitário; ocasião em que Nobre proferirá a conferência Emergência Climática: Desafios e Perspectivas para a Humanidade. O evento será transmitido online pelo site e pelo canal do IEA.

“Se a gente continuar emitindo gás carbônico como emitimos hoje, o aquecimento vai chegar a 2,5 graus em 2050, e



Um dos climatologistas mais renomados do País, Carlos Nobre será o primeiro titular de uma nova cátedra criada pela USP, com o intuito de agregar esforços e fomentar novas iniciativas de pesquisa sobre os temas Clima e Sustentabilidade

aí atingiremos muitos pontos de não retorno, que vão liberar uma quantidade gigantesca de gás carbônico”, afirma Nobre, em entrevista ao Jornal da USP. A partir daí, reações em cadeia podem elevar a temperatura da Terra a níveis ainda mais alarmantes, rapidamente. “Se você chega a 4 graus, a Terra começa a esquentar tanto os oceanos que não só acaba com a biodiversidade oceânica como libera uma quantidade gigantesca de metano que está congelado no fundo dos oceanos, principalmente no Ártico. Se esse metano é liberado, na metade do próximo século a temperatura já terá aumentado entre 8 e 10 graus. Nesse nível de aquecimento, grande parte da superfície terrestre é inabitável para seres humanos e você tem a sexta maior extinção de biodiversidade do planeta”.

Especialista em ciências atmosféricas, mudanças climáticas e suas interações com os sistemas naturais da Terra — em especial, com a Amazônia —, Nobre fez carreira no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), onde atuou como pesquisador durante três décadas e contribuiu para vários relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC). Foi ele quem formulou, no início dos anos 1990, a hipótese de “savanização” da floresta amazônica, causada por uma combinação de efeitos do desmatamento e do aquecimento global, que pode levar parte do bioma ao colapso nas próximas décadas.

Nobre, de 71 anos, conversou com o Jornal da USP por telefone em 25 de novembro, logo após retornar da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP 29) em Baku, no Azerbaijão. A reunião terminou de forma frustrante, com uma promessa de apenas US\$ 300 bilhões por ano dos países ricos para ajudar os países menos desenvolvidos a enfrentar a crise climática, em vez de US\$ 1,3 trilhão por ano, que era o



valor almejado nas negociações.

Leia abaixo os destaques da entrevista.

O senhor acaba de retornar de Baku. Qual o seu sentimento ao final de mais essa COP?

Eu não fiquei muito tempo lá; fiquei três dias e meio. Mas, assim, eu não vi nenhuma grande discussão. O que todo mundo dizia o tempo todo era que precisamos adotar metas “alinhadas com 1,5 grau” (de aquecimento). Olha, meu amigo, nós estamos muito próximos disso. Faz 16 meses que a temperatura já atingiu 1,5 grau e, se ela continuar nesse patamar em 2025, há uma alta probabilidade de a ciência bater o martelo e dizer que ultrapas-

samos esse limite. As metas do Acordo de Paris falam em reduzir 43% das emissões até 2030 e zerar as emissões líquidas até 2050. Se batermos 1,5 agora, já em 2025 ou 2026, não existe nenhuma possibilidade de segurar o aquecimento nesse patamar; aí os estudos já mostram que a gente atingiria 2,5 graus em 2050. É um ecocídio para o planeta! E não houve nenhuma discussão na COP de Baku —pelo menos no tempo em que eu estive lá — sobre a realidade desse risco.

O que o senhor está dizendo é que as negociações diplomáticas estão totalmente desconectadas do que a ciência está mostrando, sobre a realidade do clima. E aí,



Ao longo da história da vida na Terra, de 3,5 bilhões de anos, ocorreram cinco grandes eventos de extinção em massa. O mais famoso é o que pôs fim à era dos dinossauros, 65 milhões de anos atrás, deflagrado pelo impacto de um meteoro

como é que a gente muda isso?

Foi uma infelicidade ter colocado três COPs em países petrolíferos. Acho que o caminho agora é colocar COPs em países muito vulneráveis; países como o Brasil e vários outros. A COP 30, em Belém, vai ser a mais desafiadora, porque ela não vai mais poder falar em zerar as emissões em 2050; vai ter que antecipar muito! Interessante que, no final da reunião do G20, o presidente Lula fez uma declaração muito inovadora: que nós precisamos zerar as emissões líquidas em 2040 ou, no máximo, em 2045. Por sinal, eu estou liderando um estudo com grandes cientistas brasileiros, demonstrando a viabilidade de o Brasil zerar suas emissões em 2040, zerando o

desmatamento, acelerando a transição energética, reduzindo as emissões agropecuárias e, principalmente, criando grandes projetos de restauração florestal. Vamos apresentar esses dados no início do ano que vem.

Mas não adianta só o Brasil, tem que ser um esforço global. Se o aquecimento permanecer em 1,5 grau em 2025, vamos ter que acelerar muito todos os processos. E para acelerar, veja bem, nem mesmo aqueles US\$ 1,3 trilhão vão ser suficientes. Teremos 15 anos para zerar as emissões líquidas do mundo inteiro. Se insistirmos nas metas do Acordo de Paris não vai ter jeito; a temperatura vai subir 2,5 graus, ou até mais, até 2050.

O senhor tem usado esse termo "ecocídio", que é uma palavra forte, mas um tanto enigmática. O que ela significa, exatamente?

Se a gente continuar emitindo gás carbônico como emitimos hoje, o aquecimento vai chegar a 2,5 graus em 2050, e aí atingiremos muitos pontos de não retorno (tipping points), que vão liberar uma quantidade gigantesca de gás carbônico. Por exemplo, a Floresta Amazônica: se passar do ponto de não retorno, você joga uns 250 bilhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera. O solo congelado (permafrost) da Sibéria e do norte do Canadá: se passar de 2,5 graus, você emite mais de 200 bilhões de toneladas de gás carbônico, e lá tem muito metano, que tem um poder de aquecimento 20 a 30 vezes maior do que o dióxido de carbono. Então, só com esses dois tipping points — e tem muitos outros —, a gente vai emitir uns 500 bilhões de toneladas de gás carbônico e o aquecimento vai passar de 3 graus, podendo chegar a 4 graus.

Aí, se você chega a 4 graus, a Terra começa a esquentar tanto os oceanos que não só acaba com a

biodiversidade oceânica como libera uma quantidade gigantesca de metano que está congelado no fundo dos oceanos, principalmente no Ártico. Se esse metano é liberado, na metade do próximo século a temperatura já terá aumentado entre 8 e 10 graus. Nesse nível de aquecimento, grande parte da superfície terrestre é inabitável para seres humanos e você tem a sexta maior extinção de biodiversidade do planeta. O mínimo que ela vai causar é a morte de 65% de todas as espécies de plantas e animais, marinhas e terrestres. Então, ecocídio é isso: a gente gerar um suicídio ecológico da vida no planeta.

Incluindo nós, seres humanos?

Sim, incluindo a gente; porque nos últimos 250 mil anos de evolução do Homo sapiens a temperatura nunca passou dessa de hoje. Mesmo no tempo do Homo erectus, dois a três milhões de anos atrás, a temperatura nunca passou muito disso — chegando a uns 2 graus de aquecimento, no máximo. Então, se a temperatura aumentar 4 graus, o que acontece é que o nosso corpo perde a capacidade de eliminar calor e a gente entra em estresse térmico. Idosos, bebês e pessoas doentes só sobrevivem cerca de meia hora nessa situação; pessoas adultas, saudáveis, sobrevivem cerca de duas horas. Nesse cenário (de 4 graus de aquecimento), todas as regiões equatoriais ao nível do mar e todas as regiões de latitudes médias no verão se tornarão inabitáveis. Somente as regiões polares e o topo das montanhas — dos Alpes, dos Andes, do Himalaia, etc. — serão habitáveis.

Como é possível que, diante de um cenário tão catastrófico como esse que acabou de descrever, o mundo continue incólume, incapaz de adotar medidas verdadeiramente eficazes para mudar essa



trajetória? O senhor acha que as pessoas ainda não entenderam o tamanho do problema, ou já entenderam, mas ainda assim preferem não agir, em função de questões políticas ou econômicas?

Acho que não entenderam; porque os seres humanos, normalmente, só entendem algo quando o risco de vida já ficou para ontem, né? Parece que as pessoas só vão acreditar quando a coisa explodir mesmo. Não entenderam ainda que, se continuarmos com as emissões atuais, nós vamos realmente fazer o ecocídio do planeta em torno do fim

deste século ou início do próximo.

Em setembro, o senhor deu uma entrevista para o jornal O Estado de S. Paulo que teve grande repercussão, em que o senhor dizia que estava “apavorado” com a velocidade das mudanças climáticas. Passados três meses e tendo visto o que aconteceu na COP do Azerbaijão, qual é o seu sentimento hoje? Continua apavorado?

Continuo apavorado, porque até mesmo essa meta de 43% de redução de emissões até 2030 parece quase impossível de ser atingida. As



O Acordo de Paris, adotado em 2015, tem como meta principal “manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C” e “envidar esforços para limitar esse aumento a 1,5°C”. Esses são os limites minimamente seguros, segundo a ciência

emissões em 2024 já estão maiores do que em 2023. Mesmo com US\$ 1,3 trilhão por ano a partir de 2026 seria muito desafiador. E mesmo que a gente conseguisse zerar as emissões líquidas em 2050, é aquilo que eu falei: a temperatura pode subir 2,5 graus, e aí pronto; é tipping point, ponto de não retorno, Amazônia secando, permafrost descongelando, milhares de centenas de espécies entrando em extinção. Por isso eu continuo apavorado, porque se a gente não reduzir rapidamente as emissões e começar a remover muito gás carbônico da atmosfera,

com milhões e milhões de quilômetros quadrados de restauração florestal em todo o mundo, a gente vai chegar a esse ponto.

Qual é o papel dos cientistas nesse cenário daqui para a frente? O que mais pode ser feito? O que mais pode ser dito, que já não tenha sido dito muitas e muitas vezes?

O papel dos cientistas é fazer o que a gente chama de advocacia responsável (advocacy). Os cientistas têm que entender que eles têm uma responsabilidade de comunicar esses riscos para a sociedade. E, é claro, temos que continuar avançando com as pesquisas, produzindo conhecimento.

O que o senhor acha de soluções tecnológicas para a crise climática? Até que ponto podemos contar com novas tecnologias para impedir, ou pelo menos adiar, esse ecocídio para o qual estamos caminhando?

Eu sou muito voltado para soluções baseadas na natureza. Por exemplo, existe a possibilidade de aumentar a escala da restauração de biomas. Fala-se muito da possibilidade de restaurar entre 6 e 7 milhões de quilômetros quadrados nas próximas décadas, de todos os biomas do mundo, o que retiraria de 5 a 6 bilhões de toneladas de gás carbônico da atmosfera por ano. É muita coisa. A restauração não só remove os gases de efeito estufa como baixa a temperatura no nível do solo, diminui as ondas de calor, protege a biodiversidade e traz outros benefícios. Precisamos muito avançar tecnologicamente nessas soluções.

Mas o mais importante — lembrando que cerca de 80% das emissões de gases de efeito estufa, historicamente, vêm da queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão e gás natural) — é avançar com a transição energética. Ela está ocorrendo, mas é muito lenta para combater as



mudanças climáticas. Precisamos acelerar muito a implementação das energias renováveis que já existem — solar, eólica, hidrogênio verde e até mesmo biocombustíveis — e buscar várias outras fontes de energias renováveis; por exemplo, dos oceanos.

O que o senhor planeja fazer com essa nova cátedra da USP?

Neste primeiro ano eu quero enfatizar duas áreas de pesquisa, em que a USP pode ajudar muito. Uma é o que a gente chama de restauração florestal urbana — vamos fazer um estudo para ver o que vai acontecer com a cidade de São

Essas são as reduções necessárias para atingir a meta de 1,5°C, segundo o último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), órgão máximo da ciência climática internacional, publicado em 2022

Paulo com 1,5 grau de aquecimento, ou 2,5 graus de aquecimento, e entender como a restauração florestal urbana poderia amenizar esses impactos. Outra prioridade, junto com o Cemaden e outras universidades, será criar um curso para o ensino fundamental e médio, para ensinar às crianças e aos jovens o risco das mudanças climáticas, o risco do desmatamento, do fogo, etc. Queremos preparar as crianças para o que está acontecendo, porque a gente percebe que é muito difícil mudar o comportamento dos adultos. Então, a gente precisa começar a fazer esses cursos, que já existem em outros países. ●

A close-up photograph of a person's hands using a screwdriver to pry open the lens cap of a white security camera. The background is a warm, yellowish-orange color. The camera is mounted on a wall, and another camera is visible in the top left corner. The text is overlaid on the left side of the image.

SEGURANÇA só é eficaz,
quando a manutenção
também está em dia.



SEU MELHOR
ESTILO ESTÁ EM
RONDONÓPOLIS



sou uma marca
responsável
sou de algodão

CASAPRADO.COM.BR



CASA  PRADO

LOJA 1 - RONDON PLAZA
LOJA 2 - RUA RONDONÓPOLIS
3065 - CENTRO

Decreto cria Programa Selo Amazônia para certificação de serviços e produtos

O objetivo é criar diretrizes nacionais para a certificação de “serviços e produtos industrializados comprovadamente produzidos na Amazônia Legal”

Da Redação



O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, editou decreto que cria o Programa Selo Amazônia, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). O texto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) no início de dezembro.

O objetivo do programa é criar diretrizes nacionais para a certificação de “serviços e produtos industrializados comprovadamente produzidos na Amazônia Legal, a partir de matérias-primas e insumos da biodiversidade do bioma Amazônia, em observância a requisitos de sustentabilidade ambiental, econômica e social predefinidos”.

Os requisitos para obtenção do Selo Amazônia serão estabelecidos por um órgão colegiado, com a participação dos setores governamentais e produtivos e da sociedade civil organizada da Amazônia Legal, incluídos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e

agricultores familiares.

Já ficam excluídos de antemão os serviços e produtos que, direta ou indiretamente, promovam o desmatamento ou a degradação de florestas nativas na Amazônia; representem risco à biodiversidade ou contribuam para a extinção de espécies endêmicas ou ameaçadas do bioma Amazônia; e violem os direitos dos animais, incluídas práticas que resultem em maus-tratos, exploração desumana ou utilização de espécies silvestres em desacordo com a legislação ambiental e de proteção animal.

O selo será implementado para potencializar o desenvolvimento sustentável e o incentivo à sustentabilidade ambiental, econômica e social no bioma Amazônia; para dar apoio à estruturação de cadeias produtivas sustentáveis; para integrar programas de certificação voltados à sustentabilidade e políticas que promovam o mercado de produtos sustentáveis; para dar transparência à inclusão social e à gera-

ção de renda. A medida também prevê compatibilidade com a Convenção sobre Diversidade Biológica e com a Estratégia Nacional de Bioeconomia.

Os requisitos para obter o Selo Amazônia serão estabelecidos por órgão colegiado, com a participação dos setores governamentais e produtivos e da sociedade civil organizada da Amazônia Legal, incluídos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Os requisitos observarão os princípios das boas práticas regulatórias, assim como origem, matérias-primas e insumos usados e a sustentabilidade ambiental, econômica e social. Será vedada a concessão do Selo Amazônia aos serviços e produtos que, direta ou indiretamente, promovam desmatamento ou degradação de florestas nativas; representem riscos à biodiversidade ou contribuam para a extinção de espécies endêmicas ou ameaçadas; e violem os direitos dos animais, incluídas práticas que resul-



Fotos: Divulgação

A instituição do Selo Amazônia é para impulsionar serviços e produtos na Amazônia Legal e assim agregar valor, aumentar qualidade e impulsionar crescimento e competitividade de produtos industrializados da Amazônia Legal

tem em maus-tratos, exploração desumana ou uso de espécies silvestres em desacordo com a legislação ambiental.

O Selo Amazônia será concedido por organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia aos serviços e produtos que comprovadamente cumpram os requisitos estabelecidos nas normas técnicas para certificação por meio do Selo

Amazônia.

Outros pontos do decreto abordam a intenção de agregar valor, aumentar a qualidade e impulsionar o crescimento e a competitividade dos serviços e dos produtos industrializados produzidos na Amazônia Legal, de forma socioeconômica e ambientalmente sustentável, com matérias-primas ou insumos de origem na biodiversidade do bioma Amazônia.

O texto também trata da potencialidade de contribuir para a redução da desigualdade e ampliar o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, além de fortalecer vetores da bioeconomia com impacto positivo ao longo das

cadeias produtivas, na indústria da Amazônia Legal. A medida prevê proporcionar instrumento de informação verificável para produtos e serviços, que comprove o atendimento de requisitos de produção, a partir de insumos e matérias-primas da biodiversidade do bioma Amazônia, de forma socioeconômica e ambientalmente sustentável. Inclui ainda a ampliação da inserção dos produtos da bioeconomia da Amazônia nos mercados nacionais e nas cadeias globais de valor e o reconhecimento e valorização da produção e o conhecimento dos povos indígenas, dos povos e das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares. ●

Entenda os próximos passos do acordo do Mercosul com a União Europeia

Negociação entre os dois blocos econômicos abrange mais de 30 países com 718 milhões de habitantes

Da **Redação**

Depois de mais de duas décadas de negociações, o Mercosul e a União Europeia chegaram finalmente à conclusão dos termos para um acordo comercial que vai valer para 27 países europeus e quatro sul-americanos. Juntos, os mais de 30 países somam 718 milhões de habitantes e economias com Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 22 trilhões.

A entrada em vigor dessa parceria, porém, ainda depende de algumas etapas formais.

O governo brasileiro considera o acordo estratégico em diversos sentidos. A União Europeia é o segundo principal parceiro comercial do Brasil, atrás apenas da China, e as trocas comerciais somaram aproximadamente US\$ 92 bilhões em 2023. A expectativa do Brasil é que a aproximação com a Europa reforce a diversificação das parcerias comerciais do país e também modernize o parque industrial nacional.

Os próximos passos até a entrada em vigor do acordo são os seguintes:

REVISÃO LEGAL: Mesmo após a avaliação dos negociadores, o texto ainda precisa passar por um processo de revisão legal, para que seja assegurada a consistência, harmonia e correção linguística e estrutural aos textos do acordo. Segundo o Ministério das Rela-

ções Exteriores, essa etapa já se encontra em estágio avançado.

TRADUÇÃO: Depois da revisão legal, o texto precisará ser traduzido da língua inglesa, usada nas negociações, para as 23 línguas oficiais da União Europeia e para as duas línguas oficiais do Mercosul, que são o português e o espanhol.

ASSINATURA: Assim como em qualquer negociação, não basta acertar os termos do contrato, é preciso assiná-lo. Quando os dois blocos assinarem o documento revisado e traduzido, estará formalizada a adesão.

INTERNALIZAÇÃO: Em seguida, os países dos dois blocos vão encaminhar o acordo para os processos internos de aprovação de cada membro. No caso do Brasil, é necessária a chancela dos Poderes Executivo e Legislativo, por meio da aprovação do Congresso Nacional.

RATIFICAÇÃO: Concluídos os respectivos trâmites internos, as partes confirmam, por meio da ratificação, seu compromisso em cumprir o acordo.

ENTRADA EM VIGOR: O acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à notificação da conclusão dos trâmites internos. O Itamaraty explica que, como o acordo estabelece a possibi-

lidade de vigência bilateral, bastaria que a União Europeia e o Brasil – ou qualquer outro país do Mercosul – tenham concluído o processo de ratificação para a sua entrada em vigor bilateralmente entre tais partes. Ainda não há um prazo para que isso ocorra.

Uma vez em vigor, o governo brasileiro espera que haja impactos relevantes para a economia brasileira.

As estimativas para o ano de 2024 são: acréscimo de 0,34% (R\$ 37 bilhões) no PIB; aumento de 0,76% no investimento (R\$ 13,6 bilhões); redução de 0,56% no nível de preços ao consumidor; aumento de 0,42% nos salários reais; impacto de 2,46% (R\$ 42,1 bilhões) sobre as importações totais; impacto de 2,65% (R\$ 52,1 bilhões) sobre as exportações totais.

NEGOCIADO HÁ 25 ANOS

Quando os chefes de Estado do Mercosul – Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina – e a representante da União Europeia (UE), Ursula von der Leyen, anunciaram, no dia 6 de dezembro, que foi firmado o acordo de livre comércio para redução das tarifas de exportação entre os países que compõem esses mercados, estavam encerradas negociações que se arrastavam há 25 anos.

A presidente da Comissão Europeia destacou que a medida marca o início de uma nova história. “Agora estou





Fotos: AP

Fotos: Divulgação

“O acordo entre o Mercosul e a União Europeia é este primeiro passo para o acordo de Paris e para poder combater o desmatamento. O presidente Lula e seus esforços para proteger a Amazônia são bem-vindos e necessários, mas preservar a Amazônia é uma responsabilidade compartilhada de toda a humanidade”

ansiosa para discutir isso com os países da UE. Este acordo funcionará para pessoas e empresas. Mais empregos. Mais escolhas. Prosperidade compartilhada”.

ASSINATURA

Apesar de as negociações terem sido encerradas, ainda é necessário que o acordo seja assinado. Os textos negociados passarão por revisão jurídica e serão traduzidos para os idiomas oficiais dos países. Em seguida, o acordo precisa ser aprovado internamente em cada uma das nações. Não há prazo para a finalização desse processo.

“Após a assinatura entre as partes, o Acordo será submetido aos procedimentos de cada parte para aprovação interna – no caso do Brasil, o Acordo será submetido à aprovação pelo Poder Legislativo. Uma vez aprovado internamente, o Acordo pode ser ratificado por cada uma das partes, etapa que permite a entrada em vigor do Acordo”, informou o governo brasileiro.

OPORTUNIDADE

O presidente do Uruguai, anfitrião do encontro que anunciou o fim das negociações, lembrou que o acordo foi possível apesar das diferenças políticas entre os países do Mercosul. Para o mandatário uruguaio, é uma oportunidade.

“Um acordo desse tipo não é uma solução. Não há mais soluções mágicas. Não há burocratas ou governos para firmar a propriedade. É uma oportunidade. É muito importante que os passos sejam pequenos, mas seguros.”

A presidente da Comissão Europeia lembrou dos laços históricos entre os dois continentes e que o acordo é uma “necessidade política” em um mundo cada vez mais fragmentado e convulsionado.

“Num mundo cada vez mais conflituoso, demonstramos que as democracias podem apoiar-se umas às outras. Este acordo não é apenas uma oportunidade econômica, é uma necessidade política. Somos parceiros com mentalidades

comuns, que têm raízes comuns”, afirmou Ursula.

Ursula von der Leyen disse ainda que está consciente da oposição de agricultores europeus, especialmente os franceses, preocupados que uma invasão de produtos do Mercosul lhes tome mercado. “Este acordo inclui salvaguardas robustas para protegê-los”, comentou.

Segundo ela, o acordo deve beneficiar cerca de 60 mil empresas que exportam para os países do Mercosul, com uma economia de 4 bilhões de euros. “Se beneficiam de tarifas reduzidas, processos aduaneiros mais simples e também de acesso preferencial a algumas matérias-primas essenciais. Isso trará grandes oportunidades de negócios”.

MEIO AMBIENTE

Para a representante europeia, o acordo firmado entre os blocos vai permitir que os investimentos feitos respeitem o meio ambiente.

“O acordo entre o Mercosul e a União Europeia é este primeiro passo para o acordo de Paris e para poder combater o desmatamento. O presidente Lula e seus esforços para proteger a Amazônia são bem-vindos e necessários, mas preservar a Amazônia é uma responsabilidade compartilhada de toda a humanidade”, completou. ●

Perguntas e respostas: tire suas dúvidas sobre o acordo histórico entre Mercosul e UE

O acordo constituirá uma das maiores áreas de livre comércio bilateral do mundo. Mercosul e União Europeia reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e economias que, somadas, alcançam US\$ 22 trilhões

Por **Fábio Matos**

O dia 6 de dezembro de 2024 já está marcado na história dos países que compõem dois dos principais blocos econômicos e políticos do mundo, o Mercosul e a União Europeia (UE). Naquela sexta-feira, em Montevideu (Uruguai), dirigentes sul-americanos e europeus firmaram um acordo histórico, que era esperado e vinha sendo negociado, entre idas e vindas, por mais de três décadas, desde o início dos anos 1990.

O acordo de parceria comercial entre Mercosul e UE foi comemorado tanto pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyer, que fez questão de ir ao Uruguai, como pela maioria dos presidentes presentes à 65ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul – entre os quais, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do Brasil.

O acordo constituirá uma das maiores áreas de livre comércio bilateral do mundo. Mercosul e UE reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e economias que, somadas, alcançam US\$ 22 trilhões, aproximadamente.

“Esta cúpula tem um significado muito especial. Ela marca a conclusão da negociação do acordo Mercosul-UE, no qual nossos países investiram um enorme capital político e diplomático por mais de três décadas. Estamos construindo uma das maiores áreas de livre comércio do mundo”, destacou Lula.

Embora tenha sido anunciado oficialmente no dia 6, o acordo comercial entre Mercosul e UE ainda não está assinado. A assinatura formal só poderá ser feita após o texto passar por uma revisão jurídica e ser traduzido para os idiomas oficiais de todos os países envolvidos – os termos do documento

foram elaborados em inglês até o momento.

HÁ UM PRAZO PARA A ASSINATURA DO ACORDO?

Não há prazo definido para que o acordo seja assinado. Isso irá depender do andamento do processo de revisão legal e tradução. Depois das assinaturas dos países envolvidos, o texto ainda tem de ser submetido aos procedimentos específicos de cada país internamente. No caso do Brasil, o acordo tem de passar pelo crivo do Congresso Nacional. Após todas essas etapas, o documento pode ser ratificado por cada uma das partes. A partir de então, entrará em vigor.

O QUE MUDOU EM RELAÇÃO ÀS NEGOCIAÇÕES DE 2019?

Em junho de 2019, ainda no primei-





“Esta cúpula tem um significado muito especial. Ela marca a conclusão da negociação do acordo Mercosul-UE, no qual nossos países investiram um enorme capital político e diplomático por mais de três décadas. Estamos construindo uma das maiores áreas de livre comércio do mundo”

ro ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no Brasil, os países anunciaram que haviam chegado a um acordo político em torno dos principais pontos de negociação. Entretanto, na prática, as negociações ainda não estavam plenamente concluídas. Naquele momento, alguns pontos estavam em aberto, como os compromissos dos países signatários em temas como indicações geográficas e cláusulas para a implementação do acordo. Com o anúncio feito no dia 6, a fase de negociação está finalmente concluída.

ENTRE 2019 E 2024, O QUE FOI INCLUÍDO NO ACORDO?

O acordo final entre Mercosul e UE teve importantes mudanças em relação aos termos negociados em 2019, como destacou o presidente Lula em discurso. De acordo com o Palácio do Planalto, “a

etapa negociadora iniciada em 2023 ocorreu em contexto político e econômico distinto de 2019, marcado pela experiência da pandemia, pelo agravamento da crise climática e pelo acirramento de tensões geopolíticas, elementos que ofereceram um novo pano de fundo para as negociações”. Países como o Brasil entenderam que era preciso fazer ajustes no texto negociado em 2019.

ASSIM, ESSA NOVA RODADA DE NEGOCIAÇÕES ENVOLVEU PONTOS COMO:

Novos textos para temas que os dois lados aceitaram incorporar ao acordo, principalmente nas áreas de comércio e desenvolvimento sustentável, mecanismo de reequilíbrio de concessões e cooperação;

Adaptação de termos que haviam



sido pactuados anteriormente, para tornar o acordo mais adequado ao quadro político e econômico atual, especialmente nas áreas de compras governamentais, comércio de veículos e exportação de minerais críticos;

Conclusão da negociação de temas que permaneciam em aberto desde 2019, sobretudo nas áreas de indicações geográficas e regras sobre a implementação do acordo.

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PONTOS DO ACORDO?

O acordo Mercosul-UE anunciado no dia 6 tem entre seus principais pontos:

A centralidade do papel do Estado como indutor do crescimento e promotor da resiliência das economias nacionais, especialmente após a pandemia de Covid-19. Mercosul e UE esperam aumentar o comércio e os investimentos bilaterais, sem que isso prejudique a implementação de políticas públicas em áreas como saúde, empregos, meio ambiente, inovação e agricultura familiar.

Os dois blocos reconhecem “que os desafios do desenvolvimento sustentável devem ser enfrentados por todos, tendo presentes as responsabilidades comuns, porém diferenciadas, dos

países”. Segundo o governo brasileiro, “o Acordo contempla, de forma colaborativa e equilibrada, diferentes compromissos que visam a conciliar o comércio com o desenvolvimento sustentável de maneira efetiva”.

O acordo espera fomentar a integração de cadeias produtivas rumo à descarbonização da economia, além de estimular a concessão de tratamento favorecido para o comércio exterior de produtos sustentáveis. A UE também se compromete a oferecer um pacote inédito de cooperação.

O acordo prevê um mecanismo de “reequilíbrio de concessões”. Assim, pelo menos em tese, tende a oferecer satisfação aos exportadores dos países do Mercosul caso medidas internas da UE comprometam o uso efetivo de vantagens obtidas no acordo.

O Brasil incluiu no acordo compromissos que preveem transparência e a inclusividade. Entidades da sociedade civil, sindicatos, ONGs, além do setor privado e representantes de diversos segmentos sociais, ganharão canais para monitorar os impactos do acordo, que poderá ser revisado periodicamente. Também foram firmados compromissos para fazer com que agricultores familiares, comunidades locais e mulheres tenham acesso efetivo aos

benefícios que o acordo pode gerar.

QUAL A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO ACORDO MERCOSUL-UE?

Sonho antigo de vários países do Mercosul e da União Europeia, o acordo comercial entre os dois blocos é muito relevante política e economicamente.

O acordo irá integrar dois dos maiores blocos econômicos do planeta, que reúnem 718 milhões de pessoas e representam, somados, um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 22 trilhões.

Trata-se do maior acordo comercial já firmado pelo Mercosul, em volume de comércio, e um dos maiores assinados pela UE. É também o maior acordo bilateral de livre comércio do mundo, considerando as populações abrangidas e o tamanho das economias dos dois blocos.

QUAL É A IMPORTÂNCIA DO ACORDO PARA O BRASIL?

Perseguido pelo governo brasileiro desde o início dos anos 1990, o acordo Mercosul-UE é muito importante para o país. A UE é o segundo maior parceiro comercial do Brasil (cerca de US\$ 92 bilhões em corrente de comércio em 2023). Com o acordo, o país tem o potencial de reforçar a diversificação de suas parcerias comerciais, além de



“A etapa negociadora iniciada em 2023 ocorreu em contexto político e econômico distinto de 2019, marcado pela experiência da pandemia, pelo agravamento da crise climática e pelo acirramento de tensões geopolíticas, elementos que ofereceram um novo pano de fundo para as negociações”

fomentar a modernização de seu parque industrial com a integração às cadeias produtivas da UE.

O governo brasileiro também espera que a parceria ajude a dinamizar o fluxo de investimentos no país. A UE, hoje, detém quase metade do estoque de investimento estrangeiro direto no Brasil.

DESDE QUANDO O BRASIL BUSCAVA O ACORDO MERCOSUL-UE?

Costurado desde o fim dos anos 1990, o acordo comercial entre os dois blocos teve sua primeira etapa concluída em 2019, ainda sob o governo de Jair Bolsonaro. Desde então, os termos passaram à fase de revisão por parte dos países envolvidos, mas pouco havia se avançado até aqui.

As tratativas em torno de um acordo comercial entre Mercosul e UE atravessaram os governos de pelo menos cinco presidentes da República no Brasil: além de Lula e Bolsonaro, também Fernando Henrique Cardoso (1995-2022), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018).

POR QUE A FRANÇA, DE EMMANUEL MACRON, É CONTRÁRIA AO ACORDO?

Países como a França, do presidente

Emmanuel Macron, trabalharam até o último minuto contra o acordo Mercosul-UE. Em participação recente na Cúpula de Líderes do G20, no Rio de Janeiro (RJ), o líder francês reiterou a posição de seu governo contrária ao acordo Mercosul-UE.

Macron se opõe ao acordo com o Mercosul, principalmente, por questões políticas domésticas. O tratado é visto com ceticismo na França, pois há preocupação com riscos de enfraquecimento do setor agrícola no país. Ainda segundo o governo francês, caso o acordo se concretize nos termos atuais, empresas francesas que seguem leis ambientais mais duras em seu país terão de competir com companhias que não estão submetidas aos mesmos padrões.

Em março deste ano, em visita ao Brasil, Macron fez um verdadeiro libero contra o acordo comercial com o Mercosul. “O acordo com o Mercosul, tal como está sendo negociado atualmente, é um péssimo acordo. Para vocês e para nós. Porque foi negociado há 20 anos. A vida diplomática, a vida dos negócios, mudaram muito. Quando se negocia com uma regra antiga, não é a mesma coisa. É preciso reconstruir [o acordo] pensando no mundo como ele é hoje, levando em consideração a biodiversidade e o clima”, afirmou Macron, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Jogando um balde de água fria na investida dos empresários da indústria e dos políticos brasileiros, o presidente da França disse, ainda, que o acordo “não pode ser defendido”. “Eu não defendo, não posso defender. E digo isso em um país que produz com menos carbono. As empresas brasileiras têm essa sensibilidade, o governo está empenhado na questão da luta contra o desmatamento. Então, precisamos deixar de lado noções de algo construído 20 anos atrás e buscar um novo acordo, construído com base em novos objetivos, que tenha o a luta contra o desmatamento e as mudanças climáticas e a luta pela biodiversidade no centro das prioridades”, afirmou Macron.

“O Brasil e a França são duas potências que podem construir esses acordos, levando em conta o clima e a biodiversidade. A defesa do clima e da biodiversidade nos levará a formular estratégias muito mais ambiciosas”, arrematou o presidente francês, que acabou, como se vê, sendo voto vencido. ●

Turismo de base comunitária transforma terras indígenas

Debate sobre desenvolvimento sustentável na Amazônia ganha força

Por **Fabiola Sinimbú**, da Agência Brasil

Diante da emergência climática, o debate sobre formas de promover o desenvolvimento sustentável na Amazônia ganha força nos diversos setores econômicos, dentre os quais, o turismo. Nas terras indígenas, um modelo de gestão tem se mostrado uma alternativa para os povos que querem receber visitantes e, ao mesmo tempo, manter a floresta em pé: o turismo de base comunitária.

No município de Feijó, no Acre, o povo da Aldeia Shanenawa vive a experiência de receber visitantes interessados na imersão junto aos povos originários e no aprendizado sobre a convivência harmônica com a floresta. “No passado, a gente já vinha fazendo a nossa festividade, quando os nossos parentes vinham de outras regiões, outras etnias vinham, e nós tínhamos a nossa

festa cultural, mas a gente ainda não tinha essa experiência com o turismo. O turismo chegou mesmo na aldeia há três anos”, relembra o cacique Tekavainy Shanenawa.

Segundo o líder indígena, além da festividade, visitantes brasileiros e estrangeiros começaram a chegar à Terra Indígena (TI) Katukina Kaxinawa em busca do conhecimento ancestral da medicina da floresta, com o uso da ayahuasca, que permaneceu guardado por 30 anos durante um período em que a prática era proibida. “Os antigos guardaram a sabedoria da medicina durante todo esse tempo. A gente pôde voltar a consagrar quando eu já estava adulto e com filhos, a praticar o que meu avô me ensinou”, conta.

Antes da chegada do turismo, os Shanenawa tinham como base eco-

nômica a agricultura de subsistência, cultivando principalmente banana e mandioca, a caça e a pesca e a produção de artesanato.

De acordo com o cacique, o comércio desses produtos passou a financiar a compra de proteína animal e de outros bens necessários adquiridos na cidade. A chegada do turismo foi bem-aceita pelos integrantes da aldeia, que perceberam a possibilidade de agregar valor à produção e também de fortalecer a cultura e os ensinamentos para as próximas gerações.

“Quando consagramos a medicina, ela nos fortalece cada vez mais, principalmente a juventude, que está nesse aprendizado. Quando o visitante vem, a gente tem o prazer de mostrar como vive e como é consagrada a medicina. E, cada vez que nós consagramos, mais vamos nos aperfeiçoando”, diz Maya Shanenawa.





Fotos: Divulgação

Tuwe Shanenawa, agente de turismo



Cacique Tekavainy Shanenawa, da Aldeia Shanenawa, em Feijó, no Acre, diz que o turismo chegou a sua aldeia há três anos

“No passado, a gente já vinha fazendo a nossa festividade, quando os nossos parentes vinham de outras regiões, outras etnias vinham, e nós tínhamos a nossa festa cultural, mas a gente ainda não tinha essa experiência com o turismo. O turismo chegou mesmo na aldeia há três anos”

wa, filha mais velha do cacique.

TRADIÇÃO

No povo Shanenawa, quem nasce primeiro dá continuidade ao cacicado, independentemente de ser filho homem ou mulher. A vocação também prevalece. Além de Maya, que aos 29 anos já é reconhecida como vice-cacique, a segunda filha, Maspã Shanenawa, teve a vocação reconhecida pela comunidade e já comanda o ritual de consagração da medicina.

Para os Shanenawa, toda essa tradição se fortalece com o turismo: os jovens escolhem ficar na floresta e dar continuidade à cultura, e os indígenas conduzem as próprias narrativas.

“Eu falo que o povo sempre via no livro, que contava a história mal contada. E hoje eu tenho essa oportunidade de cada pessoa que vem na

Maya Shanenawa, vice-cacique da Aldeia Shanenawa, fala sobre aprendizado dos turistas



Pedro Gayotto, co-fundador da empresa de turismo social Vivalá



vivência do turismo aqui na minha aldeia, tem oportunidade de levar essa história contada mesmo pela gente, a história que eu ouvi do meu avô”, diz o cacique Teká.

PARCERIAS

Participação ativa da aldeia e repartição justa dos benefícios são princípios básicos para que o turismo de base comunitária aconteça nas terras indígenas, mas nem sempre ocorre dessa forma. Um diagnóstico traçado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços mostrou que, em muitos casos, a parceria ofertada aos povos indígenas desfavorece a comunidade.

O Povo Shanenawa está atento a essa questão e busca parcerias que fortaleçam o turismo na TI. Uma das empresas que atuam diretamente com os indígenas escolheu representantes da própria comunidade.

Tuwe Shanenawa, um dos que trabalham diretamente com os viajantes, diz que sente orgulho em mostrar a floresta e conduzir quem chega de fora pelos saberes ancestrais. “Eu sempre falo que ninguém chega aqui por acaso e, em especial, eu cito os viajantes. De alguma forma, é um chamado para a sua vida.

Ou da medicina, ou só para o dia a dia mesmo da convivência. Mas ninguém chega aqui por acaso, não. Claro que vem com esse objetivo de turismo, de conhecer, mas vai muito além do que às vezes as pessoas estão esperando, por causa da conexão espiritual”.

Além de Tuwe, todos os que trabalham com o turismo na aldeia se esforçam para melhorar a experiência de quem chega, seja na alimentação natural colhida e cuidada ali na floresta, seja no passeio para conhecer as belezas da Amazônia e a majestosa samaúma, árvore que pode chegar até a 70 metros de altura e a 120 anos de vida, ou nos banhos de ervas e argila que preparam o espírito para a consagração da medicina.

DESAFIOS

Na avaliação de Pedro Gayotto, cofundador da empresa de turismo social que desenvolve as atividades com o povo Shanenawa, ainda há uma demanda reprimida de turistas que buscam o etnoturismo, mas não sabem como chegar até ele.

“A grande maioria dos viajantes que fazem roteiros em terras indígenas com a gente sempre chega com: 'Eu estava procurando há muito

tempo fazer uma viagem indígena e não sabia como, eu não sabia por onde começar, e achei vocês por indicação de alguém, achei vocês no Google', enfim. Então assim, isso já demonstra que existe a procura e [que] as pessoas não estão sabendo como chegar lá”, destaca Pedro Gayotto.

Além do desafio de levar os viajantes a seus destinos, há muitos outros obstáculos a serem vencidos. As realidades de cada terra indígena são distintas, porém, existem questões coletivas que alcançam a maioria das aldeias. Um exemplo é o próprio resíduo gerado pela atividade turística. “A gente entende que queimar o lixo não é o melhor caminho e também não quer levar para outro lugar. Então, precisamos de ajuda para encontrar uma solução”, alerta Tuwe.

FORÇA-TAREFA

A questão foi um dos desafios apresentados durante o lançamento do diagnóstico encomendado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e desenvolvido pelo Instituto Samau-ma, que ocorreu na Aldeia Shanenawa sob os olhares de representantes dos ministérios da Cultura e do



Carolina Fávero, do Ministério do Turismo, aponta necessidade de cursos e capacitações

“Quando consagramos a medicina, ela nos fortalece cada vez mais, principalmente a juventude, que está nesse aprendizado. Quando o visitante vem, a gente tem o prazer de mostrar como vive e como é consagrada a medicina. E, cada vez que nós consagramos, mais vamos nos aperfeiçoando”



Em Feijó, no Acre, o povo da Aldeia Shanenawa vive a experiência de receber visitantes interessados na imersão junto aos povos originários e no aprendizado sobre a convivência harmônica com a floresta

Turismo, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Durante a força-tarefa de quase cinco dias, entre os dias 2 e 6 de dezembro, os Shanenawa puderam apresentar suas demandas e dar encaminhamento junto às instituições de processos para regularização da atividade de turismo de base comunitária.

Orientado pela Instrução Normativa 3/2015, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, o turismo em TIs ainda é pouco documentado pelos órgãos federais. Apenas 39 roteiros são regularizados em todo o

território nacional e, desse total, 14 com foco em pesca esportiva.

De acordo com a coordenadora-geral de Turismo Sustentável e Responsável no Ministério do Turismo, Carolina Fávero, essa deficiência de informação já foi identificada pelo órgão, que atualmente trabalha em um mapeamento dessas iniciativas. Com o trabalho ainda em andamento, mais de 150 aldeias com atividades turísticas já se cadastraram, destaca Carolina.

“A gente criou um projeto em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que é o Brasil Turismo Responsável, focado nas comunidades indígenas. E aí vai trabalhar exatamente na capacitação em turismo responsável, em turismo de base comunitária, apoiar nas comunidades o desenvolvimento do Plano de Visitação e, além disso, fazer cursos, capacitações, produzir materiais e o mapeamento, que já está em andamento”, conclui. ●



Luciano Macafferri Rodrigues é vice-presidente da Thales para a América Latina e diretor geral da Thales para o Brasil

Caminho para uma Base Industrial de defesa

O mundo atual nos apresenta desafios inéditos no campo da defesa e segurança. Vivemos uma era marcada pela crescente demanda por tecnologias de ponta para proteger nossas fronteiras e garantir a soberania nacional. Isso ficou muito claro para todos que tiveram a oportunidade de participar da Mostra BID deste ano, em Brasília, a maior e mais importante feira de defesa e segurança nacional. Nesse contexto, nosso país tem dado passos significativos no fortalecimento de sua Base da Indústria de Defesa (BID), consolidando-se como um ator relevante e resiliente no desenvolvimento de soluções estratégicas. E para alcançar todo o seu potencial, a BID precisa de um impulso que somente parcerias robustas e investimentos consistentes podem oferecer.

A diversificação e qualidade da indústria brasileira em defesa já são reconhecidas mundialmente, com produtos como radares, aeronaves, sistemas de comunicação e equipamentos de segurança de alta performance, amplamente utilizados por Forças Armadas e civis. Além disso, a recente certificação de subsidiárias locais, como a Omnisys da Thales, como Empresa Estratégica de Defesa (EED), reforça o compromisso do Brasil com uma produção tecnológica autônoma e alinhada às necessidades nacionais. Esse status não é apenas um selo de qualidade, mas um símbolo da capacidade do país de liderar em áreas críticas, como radares, sistemas de controle aéreo e soluções cibernéticas.

A BID E A DIVERSIFICAÇÃO TECNOLÓGICA

A BID brasileira está consolidada e vive um momento de aumentar a diversificação de seu portfólio. Hoje, o país busca ir além de setores já estabelecidos, como radares, aviação e blindados, para abraçar tecnologias emergentes que definem o futuro da defesa, como inteligência artificial, computação quântica, sensores avançados e cibersegurança. A soberania tecnológica passa pela capacidade de inovar em áreas de alta complexidade, garantindo não apenas a autossuficiência, mas também o protagonismo em um cenário global altamente competitivo.

Para atingir essa meta, é imperativo fomentar um ecossistema que estimule a integração entre a indústria, o governo, as Forças Armadas e a academia. Os programas de offset, por exemplo, têm se mostrado ferramentas valiosas para transferir tecnologia e desenvolver competências locais. Agora é preciso aprimorá-los, garantindo que gerem impactos concretos na capacitação técnica do país e no fortalecimento de uma cadeia produtiva diversificada.

PARCERIAS ESTRATÉGICAS: O ALICERCE DA INOVAÇÃO

No centro dessa transformação estão as parcerias estratégicas. Empresas globais de tecnologia, como a Thales, têm desempenhado um papel crucial no apoio à BID brasileira, ao trazer inovações de ponta, compartilhar boas práticas e, sobretudo, investir no talento local. Projetos como o desenvolvimento de radares para a defesa aérea, em colaboração com empresas e universidades brasileiras, são exemplos de como essas alianças podem gerar conhecimento e infraestrutura com resultados de longo prazo. Aliar a expertise e a capacidade de investimento internacionais ao talento e oportunidades comerciais do setor no Brasil me parecem ser o caminho seguro para o sucesso.

INVESTIR NO FUTURO: A IMPORTÂNCIA DOS TALENTOS LOCAIS

A base de qualquer inovação está nas pessoas. O Brasil tem uma riqueza incrível de talentos, e para que eles possam florescer e liderar os avanços tecnológicos, é preciso investir em suas formações e capacitações. Programas de qualificação técnica, incentivos à pesquisa e iniciativas que conectem jovens talentos às indústrias estratégicas são fundamentais para criar uma nova geração de profissionais preparados para os desafios do setor.

“A diversificação e qualidade da indústria brasileira em defesa já são reconhecidas mundialmente, com produtos como radares, aeronaves, sistemas de comunicação e equipamentos de segurança de alta performance, amplamente utilizados por Forças Armadas e civis”

A experiência da Thales em cerca de 70 países mostra que o investimento em capital humano é um dos motores mais eficazes para o crescimento de uma indústria de defesa robusta. Ao priorizar o desenvolvimento local, não apenas fortalecemos a BID, mas também contribuimos para o progresso socioeconômico do Brasil, criando empregos de alta qualificação e promovendo inovação.

UM CHAMADO À AÇÃO

Temos, no Brasil, a capacidade de liderar a inovação em defesa, e é essencial agir agora para construir um futuro em que a soberania tecnológica seja uma realidade. Ao investir em diversificação, parcerias estratégicas e no talento local, consolidaremos a BID como uma referência global, garantindo não apenas a segurança do país, mas também sua competitividade em um cenário global em constante transformação. E com o adicional de fomentar todo o ecossistema econômico e social em torno da indústria, como universidades, bancos, comércio locais, dentre outros.

Na Thales, acreditamos no poder das alianças para transformar desafios em oportunidades. Estamos comprometidos em colaborar com o Brasil para construir soluções que não apenas atendam às demandas de hoje, mas que antecipem as necessidades de amanhã. Juntos, podemos fazer do Brasil um exemplo de inovação, liderança e soberania.

VOCÊ PODE
SER MUITOS.



REINVENTE-SE.

CASA  PRADO

RDM
REDE DE MÍDIAS

28
anos

BRASÍLIA | RIO DE JANEIRO | SÃO PAULO | CUIABÁ



Grupo RDM (Rede de Mídias Brasil), há 28 anos ininterruptos, é o maior sucesso editorial do Centro-Oeste brasileiro. Neste ano de 2024, assumimos a posição de um grupo nacional de comunicação social, com escritórios editoriais no eixo Brasília-Rio-São Paulo, e daqui, para o mundo via internet. GRUPO RDM Brasil, orgulho de ser desta terra!

BRASÍLIA-DF

📍 SHS Quadra 06 - Bloco F - Sobre Loja, Complexo Brasil 21
☎ Tel.: (61) 2193.1409 - 98160-3377 - CEP 70.316-102
@ midia@revistardm.com.br

RIO DE JANEIRO-RJ

📍 Rua Visconde de Pirajá, 495 - Ipanema
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 22.401-003
@ midia@revistardm.com.br

SÃO PAULO-SP

📍 Alameda Santos, 1817 Cj 112 - Cerqueira Cesar
☎ Tel.: (61) 98160-3377 - CEP 01.419-909
@ midia@revistardm.com.br

CUIABÁ-MT

📍 Rua Hermenegildo Correia Galvão, 147 - Bairro Santa Rosa
☎ Tel.: (65) 3623-1170 9682-1470 - CEP 78.040-240
@ midia@revistardm.com.br